



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – Portugal, ao longo dos últimos anos, encontrou nas exportações uma forma de sustentabilidade para a sua economia. Ainda assim, e para poder melhorar a competitividade da economia, torna-se necessário fazer investimentos que transformem a nossa localização geográfica numa oportunidade e não num custo.

2 – As dificuldades financeiras que o país tem enfrentado não permitem investimento inconsequentes, nem tão pouco investimentos que contribuam para um aumento das responsabilidades do estado perante parceiros privados. Para que o investimento aconteça deve ser ponderado estudado e corresponder a um investimento de elevado valor acrescentado.

3 – O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas foi um documento pensado, discutido, resultante de um grupo de trabalho e acima de tudo voltado para a dinâmica que cada investimento pode impor à economia nacional.

4 – No âmbito da melhoria das condições portuárias e também das ligações ferroviárias à Europa, não esquecendo as políticas nacionais para o ordenamento do território, determinou o PETI três corredores nacionais para dar forma ao projeto nacional de ligação à Europa e ao Mundo.

5 – O chamado corredor internacional Norte daquela estratégia passa pela consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal Porto/Aveiro – Vilar Formoso e não esquece a necessidade de realizar uma concordância entre as linhas da Beira-Alta e do norte, bem como o ramal de Viseu.

6 – A realização deste projeto apresenta um potencial moderado de captação de tráfego, sendo de destacar, ao nível da dimensão de intermodalidade, a melhoria de ligações consideradas

insuficientes a portos, plataformas logísticas e parques industriais, no que diz respeito ao transporte de mercadorias localizados ao longo deste eixo ferroviário.

7 – A intervenção prevista no PETI prevê um investimento de 900 milhões de euros, sendo que a principal fonte de financiamento será a RTE-T e a perspectiva para a finalização de trabalhos aponta para o primeiro semestre de 2021.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Considerando a importância deste projeto para as empresas nacionais, nomeadamente para aquelas que se encontram localizadas no centro e norte do país, qual a condução que o atual Governo pretende dar ao que foi previsto no PETI?

2 – Tendo nós conhecimento de que o principal financiamento deste projeto terá origem em fundos comunitários destinados à Rede Transeuropeia de Transportes, onde se guardam 24 mil milhões de euros até 2020, está o Governo a avançar com a candidatura deste projeto?

3 – Se sim, qual o prazo estimado para o arranque e finalização das obras de execução do projeto em causa?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)